








Editorial

  **Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega**
Editora Chefe
mariacristinavidotte@ufg.br

  **Thiago Henrique Costa Silva**
Editor Adjunto
thiagohcs@discente.ufg.br

  **Adenevaldo Teles Junior**
Equipe Editorial
adenevaldo.teles@discente.ufg.br

 **Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos**
Equipe Editorial
adriano_vasconcelos@discente.ufg.br

  **Leandro Campêlo de Moraes**
Equipe Editorial
campelomoraes@discente.ufg.br

 **Marilia Araujo Caixeta**
Equipe Editorial
marilia.caixeta27@gmail.com

A Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, tem a satisfação de apresentar uma nova edição, em meio ao início do novo Governo eleito e os desafios do contexto pós-pandêmico, em que direitos fundamentais encontram-se ameaçados por disputas políticas e retóricas.

Nesta edição, tivemos o privilégio de receber a colaboração do artista Siron Franco, com a disponibilização da obra *Cabeças*, utilizada como capa da revista e como elemento da logo do periódico. A obra do artista goiano nos provoca a pensar as questões sociais do passado e as suas relações com o presente, o que também é o escopo dos trabalhos apresentados nesta edição.

Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

A partir de uma perspectiva crítica do Direito e de abordagens interdisciplinares, as temáticas contemplam, sobretudo, direitos fundamentais, direito agrário e questões socioambientais.

O texto intitulado *A capacidade civil do indígena e o paradigma constitucional e convencional do pluralismo e da diversidade*, de Paula Martins da Silva Costa, Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho e Jéssica Mapelo dos Anjos aborda o pluralismo jurídico como paradigma para pensar a capacidade civil do cidadão indígena e discute a superação da perspectiva assimilacionista do Estatuto do Índio diante da Constituição de 1988.

Cleverton de Quadros, Fernando Cesar Mendes Barbosa e José Antônio Peres Gediél escrevem sobre *O acampamento Chico Mendes no Estado do Paraná e a função social das terras públicas*. Os autores problematizam a destinação das terras públicas em faixa de fronteira, diante da exigência constitucional de se cumprir a função social da propriedade.

Em seguida, no artigo *Direito ao desenvolvimento e agronegócio: a incompatibilidade do modelo agrário brasileiro frente à ordem social constitucional*, Reshad Tawfeiq evidencia as contradições do agronegócio e aponta que tal modelo de desenvolvimento agrário não se amolda às premissas da Constituição Federal brasileira de 1988.

O artigo *Funrural: revisitando o caso por meio de uma análise histórica, normativa e jurisprudencial contemporânea, especialmente dos leading cases com repercussão geral no STF*, escrito por Ubirajara Garcia Ferreira Tamarindo e por Gessuir Pigatto aborda a responsabilidade tributária dos adquirentes da produção rural a partir do julgamento do Recurso Extraordinário nº 718.874 – RG/RS.

Danielle de Ouro Mamed e Adriana Lo Presti Mendonça abrihantam a edição com o texto *Por uma classificação para os pagamentos por serviços ambientais*, em que discutem, à luz da sustentabilidade, os pagamentos por serviços ambientais, indicando o viesamento econômico de sua instrumentalização e aplicação.

Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

Salvador Morales Ferrer, em artigo intitulado *La fuerza probatoria de documentos privados en España tras la modificación de la Ley 1/ 2000, de 7 enero de la ley de enjuiciamiento civil y, su influencia en el reglamento europeo*, discute, sob o contexto da pandemia, o uso de novas tecnologias para realização de operações jurídicas no âmbito da União Europeia.

Em *O problema moral da punição e as teorias de justificação da pena*, André Luiz Olivier da Silva e Tomás Grings Machado examinam a justificação da punição como elemento central da pena enquanto ferramenta de controle social, seja nas teorias retributivistas ou prevencionistas. Os autores indicam a necessidade de expandir o pensamento para uma teoria pluralista, pautada em direitos humanos e fundamentais.

Rafael Silveira e Silva e Lucas Sales assinam o artigo *Categorias jurídicas do princípio da fraternidade*, que delinea conceitos jurídicos relacionados ao princípio da fraternidade, buscando discuti-lo enquanto fundamento para a eficácia normativa constitucional.

Yanet del Socorro Valverde Riascos e Aylem del Carmen Yela, no artigo denominado *La escuela em la Teoría Social de Bourdieu*, a partir de uma revisão teórica, refletem sobre o sujeito docente e seu processo de inserção enquanto ser humano à luz da teoria social de Pierre Bourdieu.

Kant e o direito das sucessões é o texto de José de Resende Júnior, em que se investiga o testamento enquanto base do direito de sucessão brasileiro, explicado a partir do sistema de direito kantiano.

Por fim, Joaquim Shiraishi, no artigo *Diante da queda do céu, 'endireitar' o direito ambiental à luz do pensamento dos povos indígenas*, discute a separação sujeito-natureza e a possibilidade de repensar o direito ambiental a partir dos pensamentos dos povos indígenas.

Diante de tantas temáticas importantes e interessantes, em nome dos autores que contribuíram para a existência deste núme-

Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior •
Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

ro, a Revista da Faculdade de Direito da UFG convida os leitores à
leitura e ao diálogo com as análises críticas apresentadas.

Uma boa leitura a todos e todas!
Os editores.